de acumulação de funções privadas, 13 horas semanais na “Residência Sénior — Momentos Sénior”.

5 de julho de 2018. — A Administradora do SGRH, *Cristina Pereira*.
311484742

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Aviso n.º 9966/2018

Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 5.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, é constituída a Comissão Consultiva da primeira revisão do Plano Diretor Municipal da Trofa, que integra um representante das seguintes entidades e/ou serviços:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a qual preside;

Direção-Geral do Território;

Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP;

Instituto de Conservação da Natureza e Florestas;

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte;

Direção Regional da Cultura do Norte;

Infraestruturas de Portugal, SA;

Administração Regional de Saúde do Norte, IP;

Turismo de Portugal, IP;

Agência para a Competitividade e Inovação, IP;

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares;

Direção-Geral de Energia e Geologia;

Redes Energéticas Nacionais;

Autoridade Nacional de Proteção Civil;

Autoridade Nacional de Aviação Civil;

Autoridade Nacional de Comunicações;

Metro do Porto, SA;

Assembleia Municipal da Trofa;

Câmara Municipal da Trofa;

Câmara Municipal da Maia;

Câmara Municipal de Santo Tirso;

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão;

Câmara Municipal de Vila do Conde.

17 de julho de 2018. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, *Fernando Freire de Sousa*.

611516007

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 9967/2018

Foi apresentada pela Câmara Municipal de Sintra, nos termos do artigo 16.º do DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação do DL n.º 239/2012, de 2 de novembro, uma proposta de alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) para o município de Sintra, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/96, publicada no *Diário da República* de 17 de abril, alterada pela Portaria

n.º 1417/2009, publicada no *Diário da República* de 16 de dezembro, pelo Aviso n.º 13871/2013, publicado no *Diário da República* de 14 de novembro, pelo Aviso n.º 12292/2015, publicado no *Diário da República* de 23 de outubro, e pelo Aviso n.º 15272/2016, publicado no *Diário da República* de 6 de dezembro, com a Declaração de Retificação n.º 166/2017, publicada no *Diário da República* de 10 de março.

As catorze áreas a excluir (E13 e E14, e C20 a C31) correspondem a áreas necessárias à implementação do Plano de Pormenor da Praia Grande na prossecução de alguns dos objetivos definidos no seu Programa e nas opções de planeamento e de ordenamento do território neles definidos, bem como a áreas já comprometidas com construções e/ou infraestruturas.

Tendo-se realizado Conferências de Serviços do Plano de Pormenor da Praia Grande e da alteração da delimitação da REN de Sintra, em 15-06-2015, e Reunião de Concertação com esta Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional sobre o Plano de Pormenor da Praia Grande, em 09-07-2015, nos termos do n.º 6 do artigo 11.º do DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação do DL n.º 239/2012, de 2 de novembro, a Câmara Municipal de Sintra enviou o Relatório Técnico sobre a alteração da delimitação da REN de Sintra na área do Plano de Pormenor da Praia Grande, pelo que se procedeu realização de uma Conferência Decisória, em 06-11-2017.

Entre o final de 2017 e o princípio de 2018 foram dirimidas as divergências entre a posição final da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo/Agência Portuguesa do Ambiente e a proposta de delimitação da Câmara Municipal de Sintra, tendo aquelas entidades emitido parecer favorável à proposta.

Nos termos do artigo 11.º daquele diploma legal, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo aprovou, em 30 de abril de 2018, a presente alteração à delimitação de REN para o município de Sintra.

Assim:

Considerando o disposto no DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, com a redação do DL n.º 239/2012, de 2 de novembro, faz-se público o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

Foi aprovada a alteração à delimitação da REN para o município de Sintra, com as áreas a excluir (E13 e E14, e C20 a C31) identificadas nas plantas e no quadro anexos ao presente aviso, que dele fazem parte integrante.

Artigo 2.º

Consulta

As referidas plantas e a memória descritiva do presente processo podem ser consultadas na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, bem como na Direção Geral do Território.

Artigo 3.º

Produção de efeitos

A presente alteração à delimitação da REN para o município de Sintra produz efeitos no dia seguinte à sua publicação.

19 de junho de 2018. — O Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *José Pedro Fernandes Barroso Dias Neto*.

Plano de Pormenor da Praia Grande (PPPG)

Alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Sintra

QUADRO ANEXO

Área a Excluir	Área (m²)	Tipologia REN	Fim a que se destina	Síntese da Fundamentação
E13	1.623	FPA	Parque de Campismo e Caravanismo de 4 estrelas . . .	Parque de campismo existente a ser requalificado para PPC de 4 estrelas em cumprimento do POOC
E14	18.174	AMI	Parque de Campismo e Caravanismo de 4 estrelas . . .	Parque de campismo existente a ser requalificado para PPC de 4 estrelas em cumprimento do POOC — pretende-se implantar áreas sociais nesta área situada junto à estrada
C20	752	FPA/AMI	Domínio público e Espaço Urbano (Baixa densidade)	Arruamento existente/Alvará de loteamento

Área a Excluir	Área (m²)	Tipologia REN	Fim a que se destina	Síntese da Fundamentação
C21	455	FPA/AMI	Arruamento existente	Arruamento existente
C22	52	AMI	Espaço Urbano (Baixa densidade)	Alvará de loteamento
C23	160	AMI	Parcela de lote construído em espaço urbano	Espaço urbano
C24	1.799	AMI	Parcela de lote construído em espaço urbano	Lotes construídos legalmente
C25	156	AMI	Arruamento	Arruamento existente
C26	1.911	AMI	Arruamento	Arruamento existente
C27	771	AMI	Espaço Urbano (Baixa densidade)	Construção legal
C28	452	AMI	Espaço Urbano (Baixa densidade)	Construção legal
C29	4.322	AMI/ARE	Espaço Urbano (Baixa densidade)	Construções legais
C30	1.649	AMI/ARE	Espaço Urbano (Baixa densidade)	Construções legais
C31	4.825	AMI/ARE	Espaço Urbano (Baixa densidade)	Construções legais

(FPA = Faixa de proteção à arribas, AMI = Áreas de máxima infiltração, ARE = Áreas com risco de erosão)

Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

44800 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/ir/REN_Carta_de_Delimitação_44800_1.jpg

44800 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/ir/REN_Carta_de_Delimitação_44800_2.jpg
611476359

nota curricular, que consta do anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 6 de julho de 2018.

6 de julho de 2018. — A Secretária de Estado da Indústria, *Ana Teresa Cunha de Pinho Tavares Lehmann*.

ECONOMIA

ANEXO

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Comércio

Nota Curricular

Despacho n.º 7115/2018

Considerando que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, foi concedida à técnica superior da Direção-Geral do Consumidor, Susana Alexandre Ferreira Pereira de Campos Esmeriz, licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau e que a mesma solicitou a sua renovação;

Considerando que a Direção-Geral do Consumidor nada tem a opor à renovação solicitada;

Ao abrigo das competências delegadas nos termos da alínea c) do ponto 7.1 do Despacho n.º 7543/2017, de 18 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 164, de 25 de agosto, autorizo, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, a renovação da licença especial, concedida à técnica superior Susana Alexandre Ferreira Pereira de Campos Esmeriz para o exercício de funções na Região Administrativa Especial de Macau, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 20 de dezembro de 2017.

27 de dezembro de 2017. — O Secretário de Estado Adjunto e do Comércio, *Paulo Alexandre dos Santos Ferreira*.

311483065

1 — Dados pessoais:

Nome: Ricardo Jorge Gomes Fernandes;

Nacionalidade: Portuguesa;

Data de nascimento: 13 de setembro de 1955.

2 — Habilitações académicas:

1998 — Especialização em Gestão da Qualidade, pela Universidade Aberta (UAb), parte curricular concluída do Mestrado em Gestão da Qualidade;

1992 — Pós-Graduação em Gestão Empresarial, pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Empresarial e Gestão/Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (INDEG/ISCTE);

1985 — Pós-Graduação em Engenharia da Qualidade, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (UNL)/Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ);

1979 — Licenciatura em Engenharia Mecânica, pelo Instituto Superior Técnico (IST);

É membro da Ordem dos Engenheiros.

3 — Experiência profissional:

Desde 2013 até ao presente vem exercendo o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Português da Qualidade, I. P.;

De 2008 a 2013 — Diretor do Departamento de Informação Desenvolvimento e Assuntos Europeus, no Instituto Português da Qualidade, I. P. (IPQ, I. P.);

Entre 2002 e 2008 — Diretor de Serviços de Informação, Desenvolvimento e Inovação, no IPQ, I. P.;

Entre 2001 e 2002 — Assessor, no Gabinete do Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, do XIV Governo Constitucional;

Entre 1999 e 2001 — Assessor da Presidência, no IPQ, I. P.;

Entre 1998 e 1999 — Assessor, no Serviço de Acreditação do IPQ, I. P.;

Entre 1997 e 1998 — Chefe de Divisão do Laboratório Central de Metrologia, no IPQ, I. P.;

Entre 1996 e 1997 — Responsável pelo Núcleo de Certificação de Pessoas, no IPQ, I. P.;

Entre 1993 e 1996 — Assessor, no Serviço de Acreditação do IPQ, I. P.;

Entre 1991 e 1992 — Técnico Superior, no Serviço de Certificação do IPQ, I. P.;

Entre 1989 e 1991 — Diretor de serviços da Direção de Serviços da Qualidade Industrial, na Delegação Regional de Lisboa do Ministério da Indústria e Energia;

Entre 1988 e 1989 — Chefe de divisão da Divisão de Metrologia, na Delegação Regional de Lisboa do Ministério da Indústria e Energia;

Gabinete da Secretária de Estado da Indústria

Despacho n.º 7116/2018

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e na sequência do procedimento concursal n.º 772_CReSAP_32_06/17, realizado pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) para recrutamento e seleção de titular para o cargo de vogal do Conselho Diretivo do Instituto Português da Qualidade, I. P., no âmbito do qual foram propostos para designação três candidatos, entre os quais o Licenciado Ricardo Jorge Gomes Fernandes.

1 — Assim, ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e da alínea b) do n.º 8.1 do Despacho n.º 7543/2017, publicado no *Diário da República* n.º 164, de 25 de agosto, designo, em comissão de serviço, por um período de 5 anos, renovável por igual período, Ricardo Jorge Gomes Fernandes para exercer o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Português da Qualidade, I. P., cuja idoneidade, experiência e competências profissionais para o desempenho do cargo são evidenciadas na respetiva